

OS DIREITOS HUMANOS

NO MATO GROSSO DO SUL EM 1995

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO MS



OAB

SECCIONAL DE
MATO GROSSO DO SUL

Comissão de Direitos Humanos

Ricardo Brandão - Coordenador

Leila Fagundes Borges Teruel

Eloine Marques de Carvalho

Joatan Loureiro da Silva

Célia Regina Coutinho de Lima

Gilcleide Maria dos Santos Alves

Alexandre Aguiar Bastos

João Ney Ricco

Os "Sem Terra"

O Mato Grosso do Sul é um Estado com predominância da economia voltada para o campo. A pecuária e a agricultura são suas atividades principais. O perfil da região em seus aspectos de população e produção é fortemente rural. Uma grande concentração de terras (produtivas e improdutivas) nas mãos de um reduzido número de proprietários. Diante desse quadro, conhecemos de uns anos para cá o fenômeno social dos trabalhadores rurais chamados "SEM TERRA", organizados no Movimento Sem Terra (MST) e que vem procedendo ocupações de propriedades rurais e cuja atuação reprimida pelo aparelho estatal se constitui em permanente foco de tensão.

Temos no Mato Grosso do Sul 1.680 famílias de trabalhadores rurais num universo aproximado de 10 mil pessoas, distribuídas em acampamentos de lona nas localidades de Itaquiraí, Bataiporã, Tacuru, Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Corumbá, Nova Alvorada, Amambai e Ribas do Rio Pardo. Já assentadas 5.250 famílias num total estimado de mais ou menos 26 mil pessoas. Tanto os acampamentos como os assentamentos se ressentem de infra-estrutura sanitária mínima, assistência médica, odontológica e educacional e suporte técnico (ferramentas, sementes). Faltam alimentos e o índice de moléstias, principalmente entre a população infantil, é elevado. Os "Sem Terra", tanto os acampados como os assentados vêm engrossar o contingente de 600 mil pobres e miseráveis que vivem no M. S. em uma população total de 1 milhão e oitocentos mil almas. Os "Sem Terra", ademais de sua reivindicação básica que é terra e assistência, reclamam da violência com que o aparelho policial do Estado procede o despejo nas ocupações e a rapidez com que a Justiça, normalmente morosa, atende às postulações dos proprietários rurais.

A reforma agrária no MS, diante dessa situação, é necessidade inadiável e se constitui em instrumento de correção das injustiças sociais.

Trabalho Escravo

O trabalho de famílias inteiras em condições degradantes, sub-humanas e similares às relações que vigiam nos tempos da escravidão, continua persistindo no Mato Grosso do Sul sem que se tomem providências realmente efetivas para a sua extinção. Segundo levantamentos, 2.500 crianças trabalhariam nas baterias de fornos usados na produção de carvão para ajudar no orçamento doméstico. Temperatura ambiente altíssima à boca desses fornos, desnutrição, inexistência de condições sanitárias mínimas, contribuiriam com um quadro de saúde alarmante entre aquelas famílias.

Além do trabalho sub-humano nas carvoarias, um contingente expressivo de crianças estaria ajudando os pais na colheita de sementes de braquiária e algodão.

Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo e Água Clara, uma região de maciço florestal de 400 mil hectares, explorada por grupos econômicos nacionais, situaria o polígono de trabalho escravo nas carvoarias do Mato Grosso do Sul.

A criação do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e da Proteção ao Trabalho Adolescente, do qual a OAB faz parte, ao lado de entidades governamentais e não-governamentais, trabalha visando sensibilizar as autoridades e reverter essa situação.

Terras e Suicídios Indígenas

A ocupação gradativa de terras tradicionalmente tidas como de nações indígenas com a expulsão dessas comunidades para as periferias dos centros urbanos; a ausência de uma política conseqüente de demarcação das áreas indígenas, o arrendamento das propriedades dos índios para os grandes criadores de gado ou madeireiras, a degradação do meio ambiente com o desmatamento indiscriminado, o uso não racional de agrotóxicos em projetos agrícolas, são alguns dos fatores que têm concorrido para a violação sistemática dos direitos das populações ameríndias no Mato Grosso do Sul.

Nos últimos dez anos, cerca de duzentos índios guarani escolheram a morte, através do suicídio, como opção. As reservas indígenas de Amambai, Dourados e Caarapó lideram essa estatística trágica. O alcoolismo, a utilização de mão de obra índia em carvoarias, destilarias e outras modalidades de subemprego, a falta de terras, são problemas que aguardam uma solução.

Criminalidade Urbana

O aumento da criminalidade urbana tem seguido uma curva ascendente nos últimos anos no Mato Grosso do Sul, com incidência nos crimes contra a pessoa (homicídios e lesões corporais) e crimes contra a propriedade (furtos, assaltos e roubos). A situação

geográfica do M.S. , que faz fronteira com dois países (Paraguai e Bolívia), facilita o escoamento de carros roubados nos grandes centros e transformou o Estado em rota prioritária para o transporte de drogas.

O aparelho do Estado tem se mostrado impotente para fazer face à violência da criminalidade. Condições materiais precárias, superpopulação carcerária, ausência de uma política eficiente de segurança pública, o aviltamento dos salários dos policiais, são alguns dos aspectos da falência do Estado em prover, com eficiência mínima, a segurança do cidadão. Diante desse quadro, compreende-se quando a população aplaude a ação de grupos de justiça sumário e liquidação física de marginais. Segundo o 1º Seminário de Segurança Pública da Região de Dourados, realizado em novembro último, a escalada da violência e da criminalidade tem sua raiz no agravamento da crise social, como o aumento do desemprego, da fome e da miséria.

A Violência Policial

Nesse contexto de quase descalabro na segurança, avulta o número de denúncias sobre violência policial. A prática da tortura, na obtenção de confissão para instrução do procedimento criminal, continua rotineira no M.S. Embora a Comissão de Direitos Humanos da OAB/MS não tenha privilegiado estatisticamente queixas contra o aparelho policial, as denúncias são rotineiras, particularmente contra a Delegacia de Roubos e Furtos (DERF), no decorrer de 1995, pela prática de tortura. Na região da Grande Dourados aumentaram

expressivamente os casos de assassinatos e torturas envolvendo agentes da polícia civil e militar.

A Polícia Federal no M.S., que nos anos anteriores era invariavelmente citada no relatórios da CDH/OAB pela ferocidade com que tratava seus detidos, inclusive com denúncias de mortes em suas dependências, no decorrer de 1995 teve um único caso de queixa que não veio a ser confirmado. Essa é uma indicação de que os tempos mudaram naquele departamento policial mantido pelo dinheiro do contribuinte.

Desaparecimentos e Execuções Sumárias

Em junho de 1995 a OAB/MS juntamente com o CDDH Marçal de Souza promoveu a "Jornada Sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas e Execuções Sumárias no M. S."

O desaparecimento de pessoas é uma modalidade nova de violência que agride a cidadania. Dezenas de casos foram registrados em todo o Estado e não vêm recebendo uma atenção adequada por parte do poder público.

As execuções sumárias ocorrem já há quase uma década no M. S. com centenas de vítimas, sem que os autores desses delitos sejam identificados e punidos. Embora as autoridades falem em "guerra de quadrilhas", é inescandível que convivemos há anos com grupos organizados de extermínio que operam à margem da lei,

com a tolerância, ou quando não, com a inércia dos poderes públicos que se omitem em tomar medidas efetivas na elucidação desses crimes.

Organizações policiais paralelas como o GOF (Grupo de Operações da Fronteira) têm sido acusadas, com frequência, como responsáveis por desaparecimentos e execuções. Ainda que essas acusações não possam ser comprovadas, é inadmissível que instituições, que devam prestar serviço de caráter público como a segurança, sejam mantidas pela contribuição e repasse direto de dinheiro de particulares, como se fossem milícias privadas. A Comissão de Direitos Humanos da OAB/MS defende a extinção imediata desses grupos “especiais” de polícia e o privilégio em salários e estrutura material dos corpos regulares da polícia civil e militar.

Execuções sumárias e desaparecimento forçado de pessoas têm ocorrido nas regiões de Ponta Porã, Amambai, Aral Moreira, Iguatemi, Naviraí e Grande Dourados, bem como denúncias da existência de cemitérios clandestinos e locais de desova de cadáveres.

* A mídia nacional e internacional tem se ocupado com frequência dos casos de execuções por grupos de extermínio no Mato Grosso do Sul. Jornalistas paraguaios fizeram um levantamento de sete locais utilizados como cemitérios para ocultamento dos cadáveres das vítimas desses crimes. Relataram, também, inúmeros casos de apresamento e liquidação de pessoas por comandos paramilitares brasileiros ao longo da fronteira Brasil-Paraguai, vitimando nacionais dos dois países.

Entidades de direitos humanos, organizações que lutam pelo respeito à vida, à cidadania e aos direitos civis, bem como parlamentares e profissionais dos meios de comunicação têm denunciado, nas duas nações, essas práticas criminosas.

O Grupo de Operações da Fronteira (GOF) que com frequência tem sido alvo de denúncias por parte de familiares de vítimas presumidas dessa violência, na recente reforma administrativa no Estado de Mato

Grosso do Sul foi elevado à categoria de *Departamento de Operações de Fronteira*, passando a contar com mais pessoal e recursos para suas atribuições.

CDH/OAB e Outras Entidades

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil no M.S. no decorrer de 1995 atuou de forma articulada com outras entidades da sociedade civil na denúncia da violação dos direitos humanos e na indicação de rumos para a solução desses problemas.

Entidades governamentais e não-governamentais estiveram conosco na discussão de temas como violência, cidadania, questão fundiária, criança e adolescentes, entre outros. Implantamos, ao lado de mais organizações, o Fórum Estadual pela Reforma Agrária, o Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho Adolescente e a Jornada Sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas e Execuções Sumárias no M.S. Foi particularmente rica, em 1995, a parceria com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza na condução de muitas ações.

Entendemos que a sociedade como um todo deve ser envolvida na discussão desses problemas que afetam a todos nós e que do debate e das ações efetivas pelos direitos humanos surgirá o Mato Grosso do Sul generoso, solidário, fraterno e respeitador da cidadania, que todos desejamos.

Campo Grande, 27 de dezembro de 1995

Ricardo Brandão
p/ Comissão de Direitos Humanos da OAB/MS

RETROSPECTIVA 95

COMISSÃO DE

DIREITOS

HUMANOS

R E T O M A

DESTINAÇÃO

HISTÓRICA

MARÇO

● Já nos dias 17 e 18 de março de 1995 no Palácio Popular da Cultura a CDH realiza o Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos e Meio Ambiente da OAB. O evento marcado pela presença de um público expressivo inicia a implantação do programa de trabalho da CDH/OAB/MS.

Comitê

Ditadura Nunca Mais

● Ainda no mês de março a CDH/OAB/MS encabeça o "Comitê Ditadura Nunca Mais", integrado por mais de trinta entidades da sociedade civil. Realiza um ato ecumênico e um ato cívico no recinto da Câmara Municipal de Campo Grande para manifestar seu repúdio aos anos da ditadura militar, em memória de suas vítimas e para reiterar o apoio à construção da democracia. Personalidades que resistiram aos "anos de chumbo", ex-presos políticos e veteranos da oposição ao Golpe de 64 no Mato Grosso do Sul, foram homenageados no dia 31 de março.

● No dia 1º de abril, data da quartelada, um show com o compositor Sérgio Ricardo no Teatro Glaucê Rocha da UFMS.

ABRIL

● A Comissão de Direitos Humanos da OAB/MS integra-se às comemorações da "Semana da Polícia Militar", visando o estabelecimento de diálogo com as forças de segurança pública para solução dos graves problemas de violência em nosso Estado. Palestra a um grande número de policiais no dia 19.4.95 sobre o tema: "A Ação da Polícia Militar e os Direitos Humanos".

● Também no mês de abril, atividade conjunta com a comunidade indígena. Participação no "1º Encontro dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul" com a palestra: "Estatuto da Sociedade Indígena".

● Atividades na Faculdade de Direito da UCDB com palestras sobre "Pena de Morte" e "Direitos Humanos". Palestra sobre o "Golpe de 64 e os Anos Sessenta" a alunos do curso de pós-graduação em Letras naquela Universidade.

● Ação de solidariedade com os bancários do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) ameaçados de demissão.

● Indicação de representantes na "Comissão Permanente de Fiscalização e Proteção ao Trabalho do Adolescente". Indicação de representações à "Comissão Permanente de Fiscalização do Trabalho nas Usinas de Ál-

cool e Carvoarias" e ao "Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente".

MAIO

● Atividades integradas com o grupo "Ação pela Cidadania" para lançamento do "Grito da Terra".

● Participação no seminário Estadual para Elaboração do Plano Integrado ao Uso Indevido de Drogas, realizado pelo CONEN-MS.

● Encaminhamento de denúncia feita pelo jornalista Adair Mendes do desaparecimento e possível execução de seu irmão Adilson Mendes, em Dourados.

JUNHO

● Campanha pela Democratização da Terra em parceria com o grupo "Ação pela Cidadania". Atividade na UCDB e UFMS. Lançamento da "Carta da Terra" de Hebert de Souza (Betinho).

● "Jornada sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas e Execuções Sumárias no Mato Grosso do Sul", com ampla participação de autoridades, ONGs, familiares de vítimas de violência. A jornada teve repercussão nacional. Promovida em parceria com o CDH Marçal de Souza.

● Palestra sobre Direitos Humanos para o Grupo Tez, em Campo Grande.

AGOSTO

● Assinatura de convênio em Pedro Juan Caballero com o Colégio de Advogados e Notários do Paraguai para assistência recíproca aos nacionais dos dois países que se encontrem presos e não disponham de recursos para pagar advogados. O ato foi presidido pelo Presidente da subseção da OAB/MS em Ponta Porã, Emílio Gamarra.

● Reunião com o Instituto de Apoio Jurídico Popular (AJUP) e com o "Human Rights Watch", no Rio de Janeiro, para entrega de dossiês sobre a violência no Mato Grosso do Sul e discussão de atividades conjuntas.

● Participação no "Seminário de Políticas Públicas nos Estados Capitalistas Contemporâneos e no Brasil" realizado pela Regional Centro Oeste de Direitos Humanos em Goiânia, Goiás.

● Atividades sobre a Pena de Morte e Racismo (entrevistas na TV).

SETEMBRO

● Atividade conjunta com o IBIS (Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social) para campanha sobre desaparecidos políticos a ser deflagrada em 1996.

● Veiculação no dia 12.9.95, em cadeia nacional, do programa SBT-Repórter sobre os desaparecimentos forçados de pessoas e execuções sumárias no MS. O programa seguiu-se à jornada realizada pela CDH/OAB/MS e CDH Marçal de Souza em junho de 95 e teve trechos retransmitidos pela TV no exterior. A denúncia de violência no Estado mobilizou a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e forçou a vinda ao MS do ministro da Justiça Nelson Jobim. Entidades nacionais e internacionais manifestaram seu repúdio à existência de grupos de extermínio em nosso Estado.

OUTUBRO

● Participação no Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil realizado em Campo Grande.

● Apoio ao Projeto de Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima apresentado na Câmara Municipal de Campo Grande.

NOVEMBRO

● Participação no Ato pela Reforma Agrária e Justiça no Campo e criação do Fórum Estadual pela Reforma Agrária

● Participação com o CDH Marçal de Souza e Associação Kaguatega na discussão sobre o crescente número de suicídios de indígenas no MS.

● Participação no Seminário de Segurança Pública em Dourados e região, com palestra sobre o tema "A Função da Polícia".

● Participação na implantação do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho Adolescente. A OAB/MS passa a integrar, ao lado de mais três entidades governamentais e não governamentais, a coordenação executiva do Fórum.

● Realização, juntamente com o CDH Marçal de Souza e Grupo Tez, do XV Encontro Regional de Direitos Humanos do Centro-Oeste, promovido em Campo Grande com o Movimento Nacional dos Direitos Humanos.

DEZEMBRO

● Atividades nos meios de comunicação sobre o "Dia da Declaração Universal dos Direitos do Homem" (10 de dezembro).

● Lançamento pelo presidente Carmelino de Arruda Rezende do concurso nacional para Cartaz Permanente da OAB/MS sobre Direitos Humanos.

*A Comissão de Direitos Humanos da
OAB/MS teve um ano de intensas atividades.
Retomou a destinação histórica
da nossa entidade,
qual seja, a de porta-voz da cidadania e
ator ativo dos movimentos sociais.*

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL
CEP 79004-020 - Rua José Santiago, 121 - Campo Grande-MS